



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS
ATA
28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERH-PA

1 Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às nove horas, no
2 Auditório do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM), teve início a **28ª**
3 **REUNIÃO ORDINÁRIA** do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) para discutir
4 a seguinte Pauta: 1- Apresentação e aprovação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária do
5 CERH, de 18/12/2018; 2- Avaliação sobre as Metas do PROGESTÃO 2018; 3 - Revisão da
6 Resolução 009/2009 - volume 40 m³/dia para a Declaração de Dispensa de Outorga para
7 uso residencial; 4- Análise de conteúdo da Resolução 01/2010 do Estado de Pernambuco;
8 5 - Revisão de Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do CERH para o ano de 2019; 6 -
9 Informes. Na Presidência da Reunião estava o atual Secretário de Estado da Secretaria de
10 Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, José Mauro de Lima O' de Almeida; a
11 Secretária Executiva do CERH – Lilian Mendes Haber; e, no assessoramento da reunião
12 estava a Sra. Luciene Mota de Leão Chaves - Diretora de Recursos Hídricos - DIREH.
13 Estiveram presentes os conselheiros Orlando Osvaldo de Sousa Sobrinho do Consórcio
14 Integrado dos Municípios Paraenses (COIMP), Dirlene Nazaré Pereira da Silva do Fórum
15 Permanente dos Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará
16 (FOPESMMA), Patrícia Guimarães Rocha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),
17 David Lopes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES),
18 Valdinei Mendes da Silva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
19 (IFPA), Silvana do Socorro Veloso Sodré da Universidade Federal Rural da Amazônia
20 (UFRA), Luciano Torres Madeira (SIMINERAL), Luis Roberto Frazão Pereira e Layla Maria
21 Monteiro Gomes de Barros (COSANPA), Dilson Frazão da Federação da Agricultura e
22 Pecuária do Pará (FAEPA), Wilton Marcello Teixeira da Secretaria Estadual De
23 Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), Maria de Belém de
24 Nazareth Gomez da Secretaria de planejamento do Estado (SEPLAN), Paulo Augusto
25 Lobato da Silva da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER),
26 Deborah Nobre Calandrini de Oliveira e Vera Lúcia Coimbra Moreira da Secretaria de
27 Saúde do Estado do Pará (SESPA), Divino Rogério Cardoso Silva do Movimento dos
28 Ribeirinhos das Ilhas e várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Solange Valadares Dias do
29 Consórcio de Desenvolvimento Sócio-Econômico Intermunicipal (CODESEI), representante
30 da Consultoria Ambiental SAMNIT, representante do NUMA/UFPA, estudantes do Instituto
31 Federal do Estado do Pará, representantes da Bacia do Rio Marapanim e servidores da
32 SEMAS. O Sr. Presidente do Conselho **José Mauro de Lima O' de Almeida**, iniciou a
33 reunião apresentando-se como o novo Presidente conforme mudanças no novo governo,
34 agradecendo a presença e colaboração de todos os conselheiros na nova etapa do
35 trabalho, desejando que o Conselho alcance os objetivos a que se propõe. Apresentou a

36 nova Secretária Adjunta de Gestão de Recursos Hídricos e Clima e Secretária Executiva
37 do CERH, Lilian Mendes Haber. Em seguida, solicitou aos conselheiros que se
38 apresentassem individualmente. Ao final dessa apresentação, a Sra Lilian Haber passou a
39 discussão do primeiro item da Pauta, não sendo possível por ainda não haver quórum,
40 passou então para o item 2- Avaliação sobre as Metas do PROGESTÃO 2018, a qual
41 ocorreu por meio de uma apresentação, realizada pelo servidor da SEMAS **Sr. Edson**
42 **Bezerra Pojo**, que perguntou aos conselheiros se havia necessidade de uma
43 apresentação item a item ou apenas por destaques, ao que o Sr. **Valdinei Mendes do**
44 **IFPA** ponderou que fosse item por item, sendo acatado pela Plenária. Após parte da
45 explanação em que ele abordou sobre diversos temas como Conselho Estadual de
46 Recursos Hídricos, Comitês de Bacias, Comunicação e Capacitação Setorial na área de
47 recursos hídricos, suscitando algumas considerações por parte de conselheiros, O
48 Presidente do CERH **José Mauro de Lima O' de Almeida** orientou que o Sr. Pojo fixasse
49 sua apresentação nos itens que precisa de aprovação, ao que o Sr. Pojo sugeriu
50 apresentar um resumo do final da apresentação pra se levantar eventuais, destaques caso
51 necessário. Em seguida, o Sr. **Valdinei Mendes** ressaltou a necessidade de avaliação item
52 a item para que os conselheiros se apropriem melhor das discussões pra poder votar de
53 forma efetiva. A essa proposição, a representante da OAB, **Sra Patrícia Rocha** sugeriu
54 que se colocasse para votação essa questão de abordar as metas do PROGESTÃO item a
55 item ou por destaques, porém avaliou que 80% dos conselheiros têm condições de votar,
56 pois já vem acompanhando essa discussão do PROGESTÃO há cerca de 3 anos. Após
57 essa fala, ressaltou, porém, que tem um destaque a fazer sobre o item 1.4 que trata sobre
58 o arcabouço legal, no qual a SEMAS aponta na auto avaliação nota 3 ao definir que no
59 Estado do Pará existe um arcabouço legal (Política Estadual de Recursos Hídricos) e que
60 a maior parte dos dispositivos legais encontram-se regulamentados e atualizados. Para a
61 conselheira Patrícia, a nota deveria ser 2, pelo fato de o Plano Estadual de Recursos
62 Hídricos - PERH não estar elaborado para subsidiar uma atuação mais efetiva da Política
63 Estadual de Recursos Hídricos. O conselheiro **Wilton Marcello da SEDEME** também
64 apontou alguns destaques, solicitando esclarecimentos para o alcance de metas de alguns
65 itens, dentre eles o item 4.1 sobre outorga, o que foi esclarecido pela Sra. **Luciene**
66 **Chaves, diretora de Recursos Hídricos**. Outro item foi o 4.2 que trata da fiscalização de
67 recursos hídricos, na qual o Sr. Edson Pojo informou que não houve alcance da meta
68 proposta que era a nota 5, no tempo em esse instrumento da Política era executado por
69 um setor específico da Diretoria de Recursos Hídricos, até que em 2015, com a reforma
70 administrativa, a Diretoria de Fiscalização assumiu essa fiscalização da área hídrica. Sobre
71 esse aspecto, o representante da SEDEME, Sr. **Wilton Marcello** fez um alerta a respeito
72 da importância da fiscalização dos recursos hídricos abordando que a fiscalização ao ser
73 encaminhada para outra diretoria perdeu um pouco o controle e pode-se ver que não tem o
74 quantitativo do que foi fiscalizado e acha importante se ter uma retomada desse setor
75 específico para a fiscalização dos recursos hídricos, até para tentar justificar o exercício da
76 taxa hídrica que está sendo questionada e foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal,
77 por não ter um argumento que se faz o exercício da fiscalização na área de recursos
78 hídricos. Para ele, avaliar esse item é importante para poder fazer a defesa da taxa hídrica.
79 Em seguida, a Secretária Executiva **Lilian Haber** esclareceu que a SEMAS já apresentou

80 à PGE todos os dados referentes à taxa hídrica, visto que a Procuradoria é quem está
81 conduzindo o processo de defesa. O Presidente do CERH **José Mauro de Lima O' de**
82 **Almeida** ressaltou que o exercício da fiscalização sobre recursos hídricos pela Diretoria de
83 Fiscalização pode ser avaliado junto à referida diretoria para se saber o efetivo
84 funcionamento desse instrumento na referida Diretoria. Sobre o item 4.3, que trata do
85 instrumento de cobrança de recursos hídricos, o Sr. Pojo esclareceu que o mesmo não é
86 que é um instrumento da Política que não pode ser confundido com a taxa hídrica. Sobre
87 esse item, o presidente do CERH **José Mauro de Lima O' de Almeida** questionou o
88 representante da SEDEME se o mesmo tinha algum destaque a fazer, ao que o mesmo
89 informou não ter manifestação a fazer. O presidente do CERH em seguida, informou aos
90 conselheiros que tendo em vista as muitas questões levantadas, considerou postergar a
91 aprovação da Avaliação do Progestão para a próxima reunião para se ter oportunidade de
92 estudar melhor o formulário de auto avaliação para então se ter condições de aprovar as
93 referidas metas do Progestão, com o registro em ata das observações da Sra. Patrícia da
94 OAB e do Sr. Wilton da SEDEME. O Sr. Charles da ONG Lá no Mangue questionou a
95 forma como está ocorrendo a fiscalização dos lava jatos, se pela SEMAS ou também pelas
96 Secretarias Municipais de Meio Ambiente e se são fiscalizados apenas os poços
97 outorgados. Sobre a fiscalização, o **Sr. David Lopes da ABES** reforçou a parceria da
98 SEMAS com a CPRM e, portanto, reconhece a dificuldade de infraestrutura, pessoal e de
99 gestão e obtenção de informações que a SEMAS apresenta para fazer a fiscalização em
100 todo o Estado. Quanto a essa questão, a **Sra Luciene** informou que a SEMAS faz a
101 fiscalização para usuários outorgados e para esse tipo de fiscalização existe a SEMMA
102 municipal, pois a demanda é muito grande. O **Sr. Pojo** lembrou aos Conselheiros que para
103 a aprovação da avaliação o prazo é até 30 de março. A isso o Presidente propôs que se
104 fizesse uma reunião extraordinária para aprovação das metas do Progestão 2018, a qual
105 ficou agendada para o dia 20 de março de 2019. Em seguida a **Secretária Executiva**
106 **Lilian Haber**, considerando haver quórum na reunião colocou a Ata da reunião anterior em
107 votação, o que foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva Lilian Haber
108 prosseguindo à pauta, quanto aos itens 3 e 4, a saber, item 3 - Revisão da Resolução
109 009/2009 - volume 40 m³/dia para a Declaração de Dispensa de Outorga para uso
110 residencial; e item 4- Análise de conteúdo da Resolução 01/2010 do Estado de
111 Pernambuco, sugeriu que esses itens fossem encaminhados para serem discutidos na
112 Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais-CTIL para que sejam analisados e
113 em próxima oportunidade o CERH possa discutir o assunto. A proposta foi colocada em
114 votação e aprovada por todos os presentes. Em seguida no item 5, tratando da revisão do
115 calendário anual de reuniões do CERH para 2019, a **Secretária Executiva Lilian Haber**
116 reapresenta as datas das reuniões ordinárias do dia 20/03/2019, 26/06/2019, 18/09/2019 e
117 11/12/2019, aprovadas na Reunião do CERH do dia 18/12/2019, com a retificação de que
118 a primeira reunião que seria ordinária passará a ser reunião extraordinária devido o prazo
119 reduzido para convocação da referida reunião. Tal proposta de ajuste da reunião e
120 continuidade das datas pré agendadas foi colocada em votação e aprovada pela plenária
121 do Conselho, sendo definido, portanto, o Calendário anual de reuniões do CERH para o
122 ano de 2019. O **Sr. Presidente do Conselho José Mauro de Lima O' de Almeida** passa
123 para os informes e a "o que ocorrer", e nesse momento a **Secretária Executiva Lilian**

124 **Haber** informa as datas que serão feitas as consultas públicas relacionadas ao Plano
125 Estadual de Recursos Hídricos que serão realizadas nos dias 09/04/2019 em Belém no ICJ
126 da UFPA, 11/04/2019 em Marabá na UNIFESSPA, 16/04/2019 em Santarém na UEPA e
127 24/04/2019 em Altamira na UEPA e também informou sobre a reunião do dia 07/03/2019
128 com o MPE, MPF, Comunidades Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos, incluindo o MORIVA
129 para tratar sobre a participação das comunidades tradicionais no processo de elaboração
130 do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Em seguida, nada mais tendo a discutir, o **Sr.**
131 **Presidente do Conselho José Mauro de Lima O' de Almeida** encerra a reunião.



José Mauro de Lima O' de Almeida
Presidente